

REFLEXÕES TEÓRICAS E EPISTEMOLÓGICAS EM TORNO DA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA

Viviane Melo Resende¹

RESUMO: O modelo epistemológico adotado em uma pesquisa precisa ajudar a produzir conhecimentos acerca dos componentes ontológicos do mundo social, de acordo com a versão da ontologia considerada para a pesquisa. Por isso em uma pesquisa é necessário haver correspondência entre as perspectivas ontológica e epistemológica. A versão de ADC de Fairclough está ligada à ontologia da vida social desenvolvida no Realismo Crítico. Esse diálogo tem implicações ontológicas e epistemológicas.

PALAVRAS-CHAVE: Análise de Discurso Crítica, Realismo Crítico, Epistemologia

THEORETICAL AND EPISTEMOLOGICAL REFLECTIONS ON CRITICAL DISCOURSE ANALYSIS

ABSTRACT: The epistemological model adopted in a research project must help to produce knowledge on the ontologic components of the social world, according to the version of ontology considered in the research. That's why coherence between ontology and epistemology is required. Fairclough's CDA version establishes an interdisciplinary relation with Critical Realism. This dialogue brings both ontological and epistemological consequences.

KEYWORDS: Critical Discourse Analysis, Critical Realism, Epistemology

¹ Doutora em Linguística pela Universidade de Brasília e docente da Universidade Católica de Brasília.

Introdução: ontologia e epistemologia

Neste trabalho, apresento reflexões acerca da relação interdisciplinar estabelecida entre a Análise de Discurso Crítica (ADC) e o Realismo Crítico (RC)². Minhas reflexões baseiam-se nos conceitos de ontologia e de epistemologia, apontando para a relação ADC/RC e para a relação ADC/Etnografia.

A ontologia diz respeito ao modo como se entende a natureza do mundo social, aos componentes essenciais da realidade social. Embora a essência do mundo social possa parecer fundamental e evidente, há perspectivas ontológicas alternativas, diferentes percepções acerca do que compõe a realidade social. Não há uma verdade universal que possa ser tomada como tácita; a adoção de uma perspectiva ontológica clara do mundo social deve então ser o primeiro passo na definição de um planejamento de pesquisa (MASON, 2002).

A epistemologia, por sua vez, é definida como “[...] o estudo da natureza e dos fundamentos do saber” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 332). Para Páramo e Otálvaro (2006, p. 3), a postura epistemológica refere-se ao “[...] conjunto de pressuposições das quais nos valem para nos orientar na busca do conhecimento”. A epistemologia diz respeito aos modos por meio dos quais a realidade social pode ser conhecida, ao que se considera como evidência ou conhecimento das coisas sociais.

O modelo epistemológico adotado em uma pesquisa precisa ajudar a produzir conhecimentos acerca dos componentes ontológicos do mundo social, de acordo com a versão da ontologia considerada para a pesquisa. Por isso, em uma pesquisa, é necessário haver correspondência entre as perspectivas ontológica e epistemológica.

A versão de ADC de Fairclough está ligada à ontologia da vida social desenvolvida no Realismo Crítico. De acordo com esse diálogo interdisciplinar, a relação entre práticas sociais e ordens do discurso e o foco na estruturação social

2 Este ensaio é fruto da investigação **Análise de Discurso Crítica e etnografia: o movimento nacional de meninos e meninas de rua, sua crise e o protagonismo juvenil**, realizada como pesquisa de doutoramento junto ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília, com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes. Algumas das reflexões feitas aqui também constam do artigo **Entre a análise discursiva crítica e a crítica explanatória: a crise do movimento nacional de meninos e meninas de rua e o protagonismo juvenil**, apresentado no II Colóquio da ALED no Brasil e em vias de publicação. Essas reflexões são ampliadas e aprofundadas no livro **Análise de Discurso Crítica e Realismo Crítico**, a ser publicado pela Editora Pontes em 2009.

das práticas implicam que os recursos e constrangimentos das estruturas sociais também incidem sobre a estruturação do potencial semiótico, e essa estruturação tem efeito na configuração dos eventos discursivos. Assim como discursos contextualmente localizados podem ser explicados em termos causais, podem também ser identificados como tendo poderes causais em eventos. É isso o que justifica a perspectiva de relação dialética entre linguagem e sociedade, reivindicada pela ADC e nem sempre claramente formulada.

1. Análise de Discurso Crítica e Realismo Crítico

Em outra ocasião, já discuti a heterogeneidade da ADC em termos das diversas versões teórico-analíticas que se identificam com o rótulo (RESENDE, 2008a, p. 425):

Trata-se de um corpo teórico e um conjunto de métodos porque não há unidade de abordagem sob o rótulo ADC, ao contrário, há uma variedade de propostas baseadas em diferentes relações transdisciplinares entre a Lingüística e as Ciências Sociais (por exemplo, Chouliaraki & Fairclough (1999) voltam-se para a Sociologia; van Dijk (1996) propõe uma articulação voltada para a Psicologia Social e Wodak (1996) sugere uma articulação com a História).

É necessário, portanto, quando se fala em ADC, que se defina com clareza de que ADC se fala³. Minhas reflexões aqui estão voltadas para a ADC desenvolvida por Fairclough. E a versão de ADC de Fairclough está ligada à ontologia da vida social desenvolvida no Realismo Crítico. A relação entre a ADC e o RC já aparece em *Discourse in late modernity* (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999), mas é em *Analyzing discourse* que Fairclough (2003) deixa suficientemente clara sua filiação ao RC:

A perspectiva social em que me baseio é realista, baseada em uma ontologia realista: tanto eventos sociais concretos como estruturas abstratas, assim como as menos abs-

3 Opto pela tradução “Análise de Discurso Crítica” para *Critical Discourse Analysis*, em lugar de “Análise Crítica do Discurso”. Justifico minha escolha pela tradição histórica dos estudos discursivos no Brasil, consolidados com o rótulo “análise de discurso”. Tome-se como mais um argumento – este diretamente ligado à tradução do termo em si – o texto de van Dijk (1996), em que ambas as formas aparecem: *Critical Discourse Analysis*” (p. 84) e “*Critical Analysis of Discourses*” (p. 102). Parece-me coerente traduzir a primeira por “Análise de Discurso Crítica” e a segunda por “análise crítica de discursos”. Para uma reflexão mais detida sobre isso, ver Magalhães (2005).

tratas ‘práticas sociais’ são parte da realidade. Podemos fazer uma distinção entre o *potencial* e o *realizado* – o que é possível devido à natureza (constrangimentos e possibilidades) de estruturas sociais e práticas, e o que acontece de fato. Ambos precisam ser distinguidos do *empírico*, o que sabemos sobre a realidade. [...] *A realidade (o potencial, o realizado) não pode ser reduzida a nosso conhecimento sobre ela*, que é contingente, mutável e parcial (FAIRCLOUGH, 2003, p. 14, grifos meus).

Nessa citação, Fairclough faz referência à estratificação da realidade social nos estratos potencial, realizado e empírico, proposta por Bhaskar (1989)⁴. Ao nível do *potencial*, correspondem os objetos sociais com suas estruturas e poderes gerativos; o *realizado* diz respeito ao modo como objetos sociais são configurados em um contexto; e o estrato *empírico* refere-se ao que podemos observar dos objetos sociais, suas estruturas e poderes gerativos e do modo como se configuram em um contexto.

2. Estratificação da realidade social

Distinguir entre *potencial* e *realizado* significa reivindicar um *status* de realidade para as estruturas sociais que, embora não sejam diretamente observáveis, podem ser conhecidas por seus efeitos em eventos. Nesse sentido, Bhaskar e Lawson (1998, p. 5) afirmam que:

[...] realidade é constituída não apenas de experiências e do curso de eventos realizados, mas também de estruturas, poderes, mecanismos e tendências – de aspectos da realidade que geram e facilitam eventos realizados que nós podemos (ou não) experienciar.

O *empírico*, por sua vez, é definido como o domínio da experiência, da observação, é aquilo que nós efetivamente observamos dos efeitos das estruturas, das potencialidades

4 Bhaskar (1989) utiliza os termos *real*, *actual* e *empírico* para se referir aos três estratos da realidade. Quanto ao nível do que Bhaskar designa *real*, preferi utilizar a nomenclatura “potencial”, conforme adaptação de Fairclough (2003). Isso porque entendo que, por um lado, “potencial” designa com maior clareza o que se entende pelo estrato da realidade relacionado aos poderes dos objetos sociais, *potencialmente* ativados em eventos realizados e, por outro lado, porque a designação desse estrato como “real” pode levar a uma interpretação de que os dois outros estratos seriam menos “reais”, sentido não pretendido na teoria. Quanto ao nível do *actual*, a despeito de haver traduções como “atual”, considero essa tradução equivocada porque “atual” em português não carrega o mesmo significado de *actual* em inglês, que se refere ao que “se atualiza” de fato em um dado evento. Por isso preferi a tradução por “realizado”. Essas traduções são mantidas nas citações de originais em inglês.

e das realizações. Por isso empírico define-se como categoria epistemológica, enquanto o potencial e o realizado são categorias ontológicas. A respeito dessa distinção, Sayer (2000a) nos ensina que nossa capacidade de observar efeitos e ações sociais não esgota o que poderia existir ou de fato existe, ou seja, o empírico não é correspondente nem ao potencial nem ao realizado, embora a observação possa nos ensinar sobre o que se realiza e sobre o que se poderia realizar.

Ao contrário de uma abordagem realista ingênua, que consideraria o que existe como equivalente ao que poderia existir, e o objeto empírico como separado de nosso conhecimento sobre ele, Bhaskar (1989) propõe uma ontologia estratificada do mundo social. O domínio do potencial refere-se ao que quer que exista, “[...] independentemente de ser um objeto empírico para nós e de termos uma compreensão adequada de sua natureza” (SAYER, 2000b, p. 9). O potencial refere-se também às estruturas internas e poderes causais dos elementos sociais, isto é, à capacidade de se comportarem de maneiras particulares, suas tendências e suscetibilidades a certas mudanças. O empírico, por fim, é definido como o domínio da experiência, da observação; é aquilo que nós efetivamente observamos dos efeitos das estruturas, das potencialidades e das realizações.

Assim a diferença do RC em relação a um realismo empírico é que nossa capacidade de observar efeitos e ações sociais não esgota o que poderia existir ou de fato existe, ou seja, o empírico não é correspondente nem ao potencial nem ao realizado, embora a observação possa nos ensinar sobre o que se realiza e sobre o que se poderia realizar – o acesso ao potencial e ao realizado por meio da observação é “contingente”: não é impossível, mas também não é garantido (SAYER, 2000b).

3. Modelo transformacional da atividade social

Para o RC, a emergência é uma característica do mundo: a conjunção de certas condições em um dado contexto dá origem a novos processos que têm características irreduzíveis às de seus constituintes (SAYER, 2000a). A irreduzibilidade é consequência da abertura do social que garante que as relações entre (redes de) práticas seja um equilíbrio provisório,

nunca acabado – o que é realizado em um dado momento é dependente de que poderes causais são ativados.

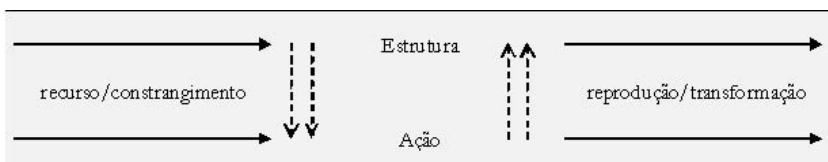
A centralidade do conceito de práticas é decorrente do tipo de relação estabelecida entre estruturas sociais e a atividade social. Em suas atividades na sociedade, as pessoas realizam uma dupla função: “[...] elas não devem fazer apenas produtos sociais, mas produzir também as condições da produção de produtos sociais, isto é, reproduzir (ou, em maior ou menor grau, transformar) as estruturas que governam suas atividades substantivas de produção” (BHASKAR, 1998, p. 218).

Isso significa que as estruturas sociais são também resultado da ação social e, portanto, são também possíveis objetos de transformação. Uma perspectiva das estruturas sociais como objetos reais e como produtos sociais é indispensável à ciência crítica, pois de outro modo não há como propor a possibilidade de mudança social.

Estruturas sociais, então, existem em função das atividades que governam. Mas a relação entre estrutura e ação não é dialética, e sim transformacional, isto é, “[...] não constituem dois momentos de um mesmo processo” (BHASKAR, 1998, p. 214). Dizer que não constituem dois momentos de um mesmo processo significa dizer que não são simultâneas, que há uma assimetria entre esses dois elementos, pois as estruturas são sempre prévias à ação. As sociedades são sempre prévias aos indivíduos, que nunca a criam, apenas a reproduzem ou transformam.

Assim como as estruturas sociais são concebidas como coerção da atividade, devem também ser concebidas como recurso para a atividade, o que implica o caráter recursivo da vida social: agentes reproduzem e transformam as estruturas que utilizam (e que os constroem) em suas atividades. A Figura 1, a seguir, ilustra o modelo transformacional de Bhaskar:

Figura 1 – Modelo transformacional da atividade social

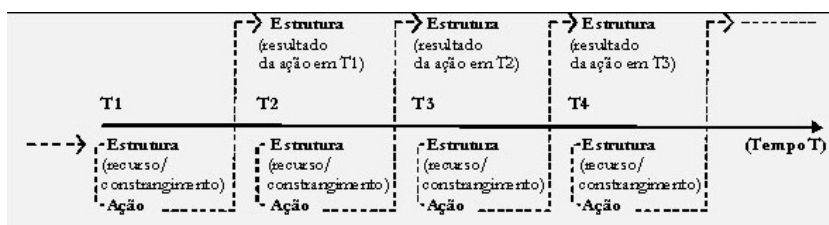


Fonte: Figura baseada em BHASKAR, 1998, p. 217.

De acordo com esse modelo, a sociedade, por um lado, sempre provê as condições necessárias e indispensáveis para a ação intencional humana e, por outro lado, só existe nas ações humanas, que sempre utilizam alguma forma preexistente de ordem social. A concepção realista crítica da relação entre estrutura e ação, então, enfatiza que as estruturas sociais são condição necessária e preexistente à agência intencional, mas também que elas existem apenas em virtude da agência. As estruturas são tanto a condição (sincrônica) quanto o resultado (diacrônico) da ação social. Que recursos e constrangimentos presentes nas estruturas sociais são produto da ação (já que não há estrutura sem ação, segundo Bhaskar) não significa que estruturas e ações possam ser colapsadas uma na outra (SAYER, 2000b).

Assim o modelo transformacional, quando reivindica a assimetria entre estrutura e ação social, está focalizando a historicidade da mudança social, incluindo tanto os recursos e os constrangimentos para a ação quanto a transformação das estruturas sociais no tempo. Toda atividade social pressupõe condições estruturais sincrônicas e possui um potencial para transformar diacronicamente essas mesmas condições. A Figura 2 ilustra essa relação assimétrica entre estrutura e ação:

Figura 2 – Relação síncrona/diacrônica entre estrutura e ação



Fonte: RESENDE, 2009, p. 28.

Essa assimetria implica também que a relação entre estrutura e ação não é de equivalentes, o que aponta a necessidade de entidades intermediárias. Essas entidades mediadoras da relação entre estrutura e ação são as práticas sociais.

4. Práticas sociais e ordens do discurso

O conceito de práticas sociais garante o foco nas condições estruturais para a ação, isto é, possibilita que não se perca de vista nem a estrutura nem a ação e que se tenha em mente o tipo de relação transformacional entre ambas. O modelo transformacional da atividade social, aliado à perspectiva da vida social como um sistema aberto em que diversos mecanismos operam em simultâneo, também garante que, embora as atividades sejam restringidas pelas estruturas – em termos materiais e simbólicos –, essa restrição é sempre parcial, no sentido de que há possibilidades para a mudança social.

Chouliaraki e Fairclough (1999) e Fairclough, Jessop e Sayer (2002) operacionalizam essa abordagem para construir a ontologia que orienta a versão de ADC que discuto aqui. Além da concepção da realidade estratificada, captam a conceituação da vida social como um sistema aberto e a noção de mundo social como constituído de redes de práticas articuladas. As práticas são constituídas na vida social, nos domínios da economia, da política e da cultura, incluindo a vida cotidiana (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999). Práticas sociais, em ADC, são conceituadas como caracterizadas pela articulação de quatro elementos: discurso, relações sociais, fenômeno mental (crenças, valores, desejos, ideologias) e atividade material. É importante ressaltar que nessa ontologia se mantém a noção essencial de que esses elementos da prática, embora em relação de interiorização, não se podem reduzir um ao outro.

A irredutibilidade dos momentos da prática significa (i) que os momentos das práticas sociais não podem ser reduzidos ao discurso e (ii) que uma alteração na configuração interna de um momento causa uma alteração na configuração da prática. Entender os processos discursivos como contextualizados em práticas sociais implica localizá-los em sua relação com pessoas, relações sociais e mundo material, lembrando que, embora os aspectos discursivos das práticas sociais sejam cruciais para sua configuração, não exaurem todos os aspectos dessas práticas. Os componentes ontológicos do mundo social, nessa perspectiva, são: estruturas e

ações sociais, práticas, posições e relações sociais, eventos, identidades, ideologias, discursos, textos.

Essa ontologia é coerente com a discussão de Chouliaraki e Fairclough (1999) acerca do *continuum* entre estruturas, práticas e eventos. Estruturas sociais são entidades abstratas que definem um potencial, um conjunto de possibilidades para a realização de eventos. Mas a relação entre o que é estruturalmente possível e o que acontece de fato não é simples, pois eventos não são efeitos diretos de estruturas: a relação entre eles é mediada por “entidades organizacionais intermediárias”, as práticas sociais (FAIRCLOUGH, 2003, p. 23). Assim pode-se dizer que estruturas, práticas e eventos estão em um *continuum* de abstração/concretude.

Figura 3 – Práticas sociais como conceito mediador entre estrutura e ação

| ESTRUTURAS, PRÁTICAS E EVENTOS | | |
|--------------------------------|------------|--------------------------|
| POTENCIAL | ESTRUTURAS | CATEGORIAS ONTOLÓGICAS |
| REALIZADO | EVENTOS | |
| EMPÍRICO | OBSERVAÇÃO | CATEGORIA EPISTEMOLÓGICA |

Fonte: Figura elaborada por esta pesquisadora, 2009.

Em termos especificamente discursivos, pode-se dizer que, ao nível de abstração da estrutura, correspondem os sistemas linguísticos (incluindo tanto o léxico e a gramática quanto o sistema ideacional e o sistema interpessoal) e, ao nível de concretude do evento, correspondem os textos produzidos em interações (FAIRCLOUGH, 2000). O que do potencial dos sistemas linguísticos será ativado no evento discursivo depende da configuração de (redes de) práticas de que o momento discursivo é parte, ou seja, a instanciação do potencial semiótico é organizada nas práticas sociais. Ao nível das práticas, então, corresponde a categoria organizacional intermediária da ordem do discurso:

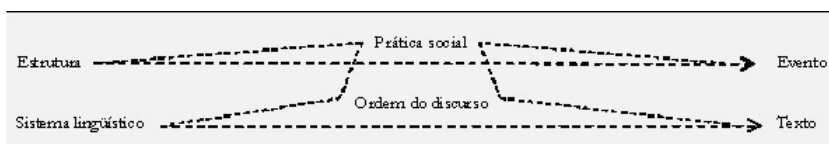
[...] em termos do Realismo Crítico, a lacuna entre o potencial dos sistemas semióticos e as facetas semióticas de eventos realizados é tamanha que outra estrutura

precisa ser proposta em um nível mais baixo de abstração, isto é, mais perto do concreto (FAIRCLOUGH, JESSOP; SAYER, 2002, p. 9).

Assim como a relação entre o potencial presente nas estruturas sociais e a concretização de eventos é mediada pelas práticas sociais, também a relação entre o potencial dos sistemas linguísticos e os textos produzidos em eventos discursivos é mediada pelas ordens do discurso que se referem a permanências relativas de aspectos discursivos em práticas sociais específicas.

Estabelecidas as conexões entre os conceitos de estrutura e sistema linguístico, prática social e ordem do discurso, evento social e texto, a relação entre a estruturação da sociedade e a estruturação de seu potencial semiótico/discursivo pode ser ilustrada como sugere a Figura 4, a seguir:

Figura 4 – Organização social do potencial semiótico



Fonte: RESENDE, 2009, p. 33.

Na Figura 4, as categorias intermediárias de prática social e de ordem do discurso aparecem ligadas porque a estruturação do potencial discursivo somente pode ser estudada e entendida em relação a práticas sociais específicas: as práticas sociais, ligadas a campos específicos da atividade social, organizam e articulam, de modos relativamente estáveis, o potencial discursivo disponível para eventos discursivos nas atividades inerentes a essas mesmas práticas. A configuração de elementos discursivos em textos depende, portanto, das práticas sociais articuladas, por isso as duas categorias intermediárias de práticas sociais e de ordens do discurso explicam a relação entre linguagem e sociedade. Assim como eventos podem criativamente confrontar as expectativas presentes em práticas sociais estruturadas e, então, produzir mudança social, também textos como eventos discursivos contextualizados podem transgredir a ordem do discurso, produzindo transformações na relação entre gêneros, discursos e estilos.

A mudança no momento discursivo de práticas é tanto efeito de mudanças sociais mais amplas como pode ter efeito na estruturação social. À ADC interessam tanto os modos como práticas sociais conformam ordens do discurso quanto os modos como mudanças articulatórias em ordens do discurso ligadas a práticas específicas podem configurar mudanças também em seus aspectos não-discursivos.

A relação entre práticas sociais e ordens do discurso e o foco na estruturação social das práticas implicam que os recursos e constrangimentos das estruturas sociais também incidem sobre a estruturação do potencial semiótico, e essa estruturação tem efeito na configuração dos eventos discursivos. Assim como discursos contextualmente localizados podem ser explicados em termos causais, podem também ser identificados como tendo poderes causais em eventos.

É isso o que justifica a perspectiva de relação dialética entre linguagem e sociedade, reivindicada pela ADC e nem sempre claramente formulada. Por um lado, aspectos discursivos de práticas sociais podem ter efeitos causais na sociedade; podem, por exemplo, legitimar certos modos de ação ou ser utilizadas como base para construções identitárias. Por outro lado, a colonização de diferentes práticas sociais por certas representações discursivas e sua presença em diferentes tipos de texto e a configuração de ordens do discurso em práticas particulares são também resultados de poderes causais, no sentido de que a organização dos elementos discursivos em práticas é socialmente estruturada.

5. Implicações epistemológicas

Como vimos, o que se realiza em eventos e o que podemos observar do mundo social não esgotam o que existe, uma vez que há poderes causais subjacentes às estruturas. Isso não significa que não seja possível gerar conhecimento sobre aquilo que não podemos, diretamente, observar, já que podemos, com base no conhecimento sobre as práticas, fazer abstrações sobre os poderes causais ativados/bloqueados em um dado evento.

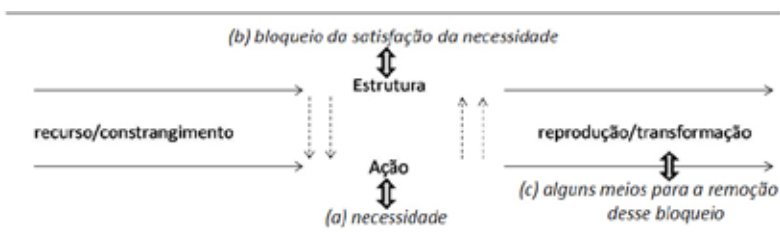
Se a vida social é um sistema aberto, aquilo que acontece não esgota o que poderia ter acontecido, pois pode haver poderes causais latentes. A abordagem realista das estru-

turas sociais e da relação transformacional entre estrutura e ação justifica a existência da ciência crítica que crê que sua prática teórica possa resultar na superação de questões problemáticas. Essa perspectiva se alinha com a ADC, em sua perspectiva como prática teórica crítica.

O Modelo Transformacional da Atividade Social garante que, apesar do constrangimento das atividades pelas estruturas, essa restrição é sempre parcial, no sentido de que há possibilidades para a mudança social. Em termos epistemológicos, isso significa que é possível propor projetos de pesquisa emancipatórios, capazes de revelar: “(a) uma necessidade; (b) algum obstáculo impedindo a realização dessa necessidade; (c) alguns meios para a remoção desse obstáculo” (COLLIER, 1994, p. 183).

Tendo em vista a figura que ilustra, em termos ontológicos, o modelo transformacional da relação estrutura/ação (BHASKAR, 1998, p. 217, Figura 1), posso propor a Figura 5, a seguir, como uma ilustração da implicação epistemológica desse modelo transformacional para pesquisas sociais:

Figura 5 - Implicação epistemológica do modelo transformacional da atividade social



Fonte: RESENDE, 2009, p. 78.

Assim pesquisas comprometidas com a mudança social podem se basear epistemologicamente no Modelo Transformacional da Atividade Social de Bhaskar (1989), visando identificar necessidades não-satisfeitas de atores sociais envolvidos nas práticas estudadas, mecanismos que possivelmente bloqueiem a satisfação dessas necessidades, em termos das estruturações sociais, e modos potenciais para a superação desses mecanismos e, então, de transformação dos aspectos estruturais considerados problemáticos. Nas palavras de Collier (1994, p. 182), “[...] a ciência social não

leva em conta apenas as crenças e suas relações causais com as estruturas, ela também revela necessidades humanas, suas frustrações e as relações entre essas necessidades e essas frustrações e a estrutura social”.

Esse modelo serve de inspiração ao enquadre para ADC proposto por Chouliaraki e Fairclough (1999), notadamente nas etapas em que a autora e o autor sugerem que se identifiquem, em relação ao problema social parcialmente discursivo estudado, obstáculos para serem superados, a função do problema na prática e possíveis modos de se ultrapassarem os obstáculos. Sobre a relação entre o enquadre para ADC de Chouliaraki e Fairclough e o RC, veja também Ramalho (2006) e Papa (2008).

À guisa de considerações finais

O planejamento da metodologia de uma pesquisa não deve decorrer diretamente do campo social pesquisado e/ou dos objetivos iniciais da pesquisa; deve, antes, ser resultante da reflexão acerca das perspectivas ontológica e epistemológica adotadas (MASON, 2006). Se o objetivo de uma pesquisa é explorar as relações entre atividades, relações sociais, ideologias e discursos em uma prática social específica, então essa pesquisa apresentará inconsistências caso se baseie em uma epistemologia segundo a qual apenas o que é produzido no momento discursivo das práticas é passível de conhecimento.

Se concordamos que ações e processos sociais são passíveis de conhecimento e se queremos entender a relação entre eventos, práticas e estruturas sociais, então só o discurso não definirá um bom projeto: é preciso lançar mão de relações interdisciplinares, o que inclui reflexão epistemológica. Análises discursivas críticas baseadas apenas em dados documentais não conseguem realizar epistemologicamente todo o potencial da perspectiva ontológica adotada pela ADC, baseada em uma realidade social estratificada composta de redes de práticas. Por isso a Etnografia mostra-se um paradigma de pesquisa coerente com essa versão de ADC.

Nesse sentido, Fairclough, Jessop e Sayer (2002, p. 2) sugerem que “[...] pode ser necessário ou apropriado su-

plementar a ADC com análises mais concretas-complexas dos domínios extradiscursivos”, assim como Wodak (2003) insiste que o trabalho de campo é desejável para se explorar o objeto da investigação e como condição prévia para trabalhos de análise. Mas Blommaert (2005, p. 233) vai além. Compartilho sua opinião quando sugere o caráter central da contextualização para pesquisas discursivas e propõe a etnografia como meio para tanto:

Precisamos desenvolver uma abordagem ampla da linguagem na sociedade, em que a contextualização do discurso seja um elemento central. Se tomamos contexto seriamente, então precisamos investigá-lo seriamente. Isso significa que precisamos adotar um registro eclético de abordagens e métodos capaz de captar a complexidade do discurso como local de desigualdade. Para isso a etnografia é central: uma perspectiva da linguagem como intrinsecamente ligada a contexto e atividade humana.

Para análises discursivas lograrem críticas explanatórias, é indispensável um conhecimento contextual capaz de possibilitar o estabelecimento das relações entre representações discursivas e práticas sociais. Isso endossa a relação desejável entre ADC e etnografia.

Pesquisas em ADC costumam recorrer a uma ontologia complexa que entra em descompasso com metodologias, por vezes, incapazes de responder a essa complexidade de relação entre linguagem e sociedade. Não basta identificar desejos, motivações – e mesmo ações – de atores sociais em relação a um objetivo de mudança social, porque a efetividade dos projetos pessoais/institucionais depende dos modos como se relacionam com contingências contextuais, com as possibilidades apresentadas nos contextos em que sua atividade social se desenrola. Isso justifica explicações causais: o que há nos contextos pesquisados que permite ou bloqueia o sucesso de uma ação intencional?

Referências

BHASKAR, R. **The possibility of naturalism**. A philosophical critique of the contemporary human sciences. Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf, 1989.

_____. Societies. In: ARCHER, M. *et al.* (Orgs.). **Critical realism**. Essential readings. London; New York: Routledge, 1998. p. 206-57.

BHASKAR, R.; LAWSON, T. Introduction: basic texts and developments. In: ARCHER, M. *et al.* (Orgs.). **Critical realism**. Essential readings. London; New York: Routledge, 1998. p. 3-15.

BLOMMAERT, J. **Discourse**. A critical introduction. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in late modernity**. Rethinking critical discourse analysis. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

COLLIER, A. **Critical realism**. An introduction to Roy Bhaskar's philosophy. London: Verso, 1994.

FAIRCLOUGH, N. Discourse, social theory, and social research. The discourse of welfare reform. **Journal of Sociolinguistics**, Auckland v. 4, n. 2, p. 163-195, 2000.

_____. **Analysing discourse**. Textual analysis for social research. London: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, N.; JESSOP, B.; SAYER, A. Critical realism and semiosis. **Journal of Critical Realism (incorporating Alethia)**, London, v. 5, n. 1, p. 2-10, 2002.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber**. Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Tradução H. Monteiro e F. Settineri. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

MAGALHÃES, I. Introdução: a Análise de Discurso Crítica. **D.E.L.T.A.**, São Paulo, v. 21, p. 1-11, 2005. Edição especial.

MASON, J. **Qualitative researching**. London: Sage, 2002.

_____. Mixing methods in a qualitative driven way. **Qualitative Research**, London, v. 6, n. 1, p. 9-25, 2006.

PAPA, S. M. B. I. **Prática pedagógica emancipatória**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2008.

PÁRAMO, P.; OTÁLVARO, G. Investigación alternativa: por una distinción entre posturas epistemológicas y no entre métodos. **Cinta de moebio**, 25, 2006. Disponível em: <<http://www.moebio.uchile.cl/25/paramo.htm>>. Acesso em: 22 set. 2007.

RAMALHO, V. Diálogos teórico-metodológicos. Realismo Crítico e Análise de Discurso Crítica. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, n. 8, p. 78-106, 2006.

RESENDE, V. M. Não é falta de humanidade, é para dificultar a permanência deles perto de nosso prédio. Análise discursiva crítica de uma circular de condomínio acerca de moradores de rua em Brasília, Brasil. **Discurso & Sociedade**, Barcelona, v. 2, n. 2, p. 422-44, 2008a.

_____. **Análise de Discurso Crítica e Etnografia**: o movimento nacional de meninos e meninas de rua, sua crise e o protagonismo juvenil. 2008. n. f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2008b.

SAYER, A. Características-chave do Realismo Crítico na prática. Um breve resumo. **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 6, n. 2, p. 7-32, 2000a.

_____. **Realism and social science**. London: Sage, 2000b.

Van DIJK, T. Discourse, power and access. In: C. R. Caldas-Coulthard & M. Coulthard (Orgs.). **Texts and Practices**. Readings in Critical Discourse Analysis. London: Routledge, 1996. p. 84-104.

WODAK, R. El enfoque histórico del discurso. In: WODAK, R.; MEYER, M. (Orgs.). **Métodos de Análisis Crítico del Discurso**. Tradução T. Fernández y B. Eguibar. Barcelona: Gedisa, 2003. p. 101-42.